



[Acesso à Informação](#)



[Webmail](#)



[Fale com a Ouvidoria](#)

[Intranet](#)

Administração Superior

[Procuradoria Geral de Justiça](#)
[Colégio de Procuradores](#)
[Conselho Superior](#)
[Corregedoria-Geral](#)

Administração

[Procuradorias de Justiça](#)
[Promotorias de Justiça](#)
[DECON](#)
[Ouvidoria Geral](#)
[Secretarias Executivas](#)

Execução

[Procurador-Geral de Justiça](#)
[Conselho Superior do MP](#)
[Procuradores de Justiça](#)
[Promotores de Justiça](#)
[JURDECON](#)

Auxiliares

[Centros de Apoio Operacional](#)
[Escola Superior do MP](#)
[Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo](#)
[Órgão de Estágio](#)
[Comissão de Concurso](#)

Serviços

[Artigos](#)
[Convênios](#)
[Consulta de Protocolo](#)
[Diário da Justiça](#)
[Email Institucional](#)
[Endereços e Telefones](#)
[Estágios e Concursos](#)
[Legislação](#)
[Links interessantes](#)
[Listas Gerais de Antiguidade](#)
[Peças Processuais](#)
[Plantão Ministerial](#)
[Portarias](#)
[Provimentos](#)
[Publicações](#)
[Relatório de Gestão Fiscal](#)
[Recomendações](#)

Destaques

10/12/2015 - MPCE CUMPRE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO NA PREFEITURA DE COREAÚ



MPCE

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) apreendeu na manhã desta quinta-feira (10) todos os contratos temporários firmados pelo Município de Coreaú no período de 2013 a 2015, bem como as respectivas folhas de pagamentos junto ao setor pessoal da prefeitura da cidade. O promotor de Justiça Irapuan da Silva Dionizio Junior, respondendo pelos expedientes da Promotoria de Justiça de Coreaú, na companhia do oficial de justiça, cumpriu mandado de busca e apreensão determinado pelo juiz Guido de Freitas Bezerra.

O mandado de busca e apreensão foi expedido por solicitação do MPCE em ação cautelar. O órgão nunca teve atendidas as diversas requisições de

cópia dos contratos temporários firmados pelo Município que estavam dispostos no Portal da Transparência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM-CE) sob a denominação de "prestadores de serviço".

Segundo o promotor de Justiça Irapuan da Silva Dionizio Junior as investigações iniciais apontam que estes contratos foram feitos sem respeitar a legislação. "As pessoas não foram contratadas mediante seleção pública, nem as contratações se fundaram em necessidade eventual do serviço público para admissão de servidores temporários, conforme prevê o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal. Esta contratação temporária não pode ser discricionária. Ao contrário, ela prevê o excepcional interesse público como uma das condições de sua validade, o que não foi o caso", esclarece.

Fonte: Assessoria de Imprensa

Notícias relacionadas

22/02/2016 - Justiça determina afastamento de vereadores de Russas
16/02/2016 - Ação do MPCE requer ressarcimento de recursos desviados por ex-vereador
12/02/2016 - MPCE ingressa com ação de improbidade administrativa contra prefeita de Jati
11/02/2016 - MPCE expede recomendação para que Município de Madalena respeite limites da Lei de Responsabilidade Fiscal
27/01/2016 - MPCE emite recomendação para combater prática de nepotismo em Araripe
26/01/2016 - Prefeitura de Brejo Santo acata recomendação do MPCE e não vai realizar despesas com festas de Carnaval
26/01/2016 - MPCE ajuíza Ação Civil Pública para que Município de Iracema regularize pagamento de servidores
18/01/2016 - MPCE recomenda que Prefeitura de Pacajus não realize gastos com festejos de Carnaval
18/01/2016 - MPCE emite recomendação para combater nepotismo na Câmara Municipal e na prefeitura de Iracema
15/01/2016 - MPCE recomenda que Prefeitura de Tauá se abstenha de realizar gastos com festejos de Carnaval
10/12/2015 - MPCE cumpre mandado de busca e apreensão na Prefeitura de Coreaú
01/12/2015 - Justiça obriga Construtora CHC a devolver pedágio cobrado de 2008 a 2013
26/11/2015 - MPCE ajuíza ação de execução de multa pessoal contra prefeito de Iguatu
25/11/2015 - MPCE e Polícia Civil deflagram operação "De pai para filho"
18/11/2015 - Operação em Maracanaú afasta secretárias por suposta fraude em compra de rosas
27/10/2015 - MPCE notifica vereadores a prestarem explicações sobre suposto desvio de VDP
26/10/2015 - Ação do MPCE requer iluminação pública em Barbalha
23/10/2015 - MPCE ingressa com ação por ato de improbidade administrativa e para realização de concurso público em Campo Sales
19/10/2015 - Secretária de Educação e procurador-geral de São Benedito são acusados de improbidade
18/09/2015 - MPCE oferece denúncia contra Leonelzinho Alencar e outras 18 pessoas
21/08/2015 - Fraude em licitações: MPCE ajuíza ações em Paracuru
11/08/2015 - Improbidade administrativa: MPCE ajuíza ação contra prefeito e secretário de Pacajus
07/08/2015 - MPCE expede recomendação para Prefeitura de Quixeramobim sobre evento na cidade